



WOLFF, Elias. **Igreja em diálogo**. São Paulo: Paulinas, 2019. 128p. (Coleção Teologia do Papa Francisco). ISBN: 978-85-356-4461-6

Eliseu Wisniewski *

Igreja em diálogo, de autoria do Dr. Elias Wolff, especialista em ecumenismo e diálogo inter-religioso, faz parte da coleção Teologia do Papa Francisco. As sistematizações sucintas e didáticas resgatam os grandes temas teológicos dos ensinamentos do papa reformador.

O autor estruturou o texto em seis partes: 1) a dialogicidade como *modus essendi* e *modus operandi*; 2) instâncias do diálogo *ad intra ecclesia*; 3) o diálogo sociocultural; 4) o diálogo ecumênico; 5) o diálogo inter-religioso; 6) por uma eclesiologia do diálogo. O “diálogo” – palavra que atravessa todos os capítulos – tem sido uma das características do pontificado de Francisco no modo mais amplo e profundo possível, estabelecendo relações com as pessoas, a sociedade, as diferentes Igrejas, as religiões e as culturas dos povos.

Na Introdução, o autor esclarece o que o Papa Francisco entende por diálogo e o que caracteriza a Igreja em diálogo. O papa entende que dialogar é um modo de ser cristão e de ser Igreja, configura a própria identidade humana e religiosa. É a condição privilegiada para a Igreja Católica ampliar e aprofundar sempre mais a sua autoconsciência quanto ao conhecimento das realidades que interpelam a

Resenha recebida em 28 de maio de 2019 e aprovada em 27 de agosto de 2019.

* Mestre em Teologia pela PUC-PR. País de origem: Brasil. E-mail: eliseu.vicentino@gmail.com

missão. É conteúdo do Evangelho pregado. Uma exigência *ad intra* na Igreja Católica pela sua natureza de comunhão e participação e uma exigência *ad extra* para o desenvolvimento de sua missão. É nesta direção que segue a Igreja Católica do diálogo com o Papa Francisco, assumindo concretude através de um processo de “conversão pastoral” quer revigora a sua missionariedade *ad intra* e *ad extra*.

Na primeira parte – *A dialogicidade como modus essendi e modus operandi* – o autor descreve quais são as raízes da postura/convicção dialógica no pontificado de Francisco: a) *em sua fé cristã* (crer no Deus Trindade que se configura como relação das três pessoas igualmente divinas); b) *sua postura de cidadão do mundo*, compreendendo o universo composto por sistemas abertos que entram e comunicação uns com os outros, onde tudo está estreitamente interligado); c) *sua consciência eclesial*, retomada do Vaticano II; d) compreensão da missão eclesial que se efetiva na relação entre diferentes sujeitos, pessoas, comunidades, povos, culturas, Igrejas e religiões. Num segundo momento, apresenta a concepção de diálogo nos documentos e discursos do Papa Francisco, bem como em sua postura cotidiana. O diálogo é uma realidade antropológica e a pessoa humana cresce, amadurece e se santifica tanto mais quanto mais se relaciona. A finalidade do diálogo é a busca da verdade, que tem como resultado a construção de uma comunidade de pessoas, do amor civil e político e da edificação da Igreja. Diante disso, uma Igreja que cultiva a “cultura do encontro” e a “cultura do diálogo” precisa levar em conta três características: a proximidade; o encontro e o diálogo com a cultura; e o diálogo no cotidiano.

Na segunda parte – *Instâncias do diálogo ad intra ecclesia* – Elias Wolff destaca como Francisco propõe um amplo e profundo diálogo sobre a organização estrutural da Igreja Católica, analisando suas estruturas e instituições e propondo reformas que as tornem mais fiéis à sua missão de anunciar o Evangelho. As instâncias internas são: 1) a Cúria Romana; 2) as Conferências Episcopais; 3) o papado. A tônica do diálogo é a descentralização, a partilha das decisões na conduta da Igreja e dos processos pastorais e a superação de toda a tendência ao monopólio e à autorreferência.

Na terceira parte – *O diálogo sociocultural* – o autor destaca que a Igreja Católica, atenta aos “sinais dos tempos,” realiza sua identidade e sua missão numa interação positiva com a sociedade, a cultura, as outras Igrejas e as religiões. O movimento *ad extra* é uma opção conciliar retomada no pontificado de Francisco. Daí emergem inúmeros desafios, paradoxos, esperanças e alegrias no campo econômico, político, cultural, familiar, ético, social, entre outros. Em um contexto de rápidas transformações se faz necessário considerar três fundamentais exigências: a) a opção pelos pobres, uma vez que a inclusão dos pobres deriva da nossa fé em Cristo; conforme Francisco, no coração de Deus ocupam lugar preferencial os pobres; b) a promoção do bem comum e da paz social; a paz é construída no dia a dia, na busca de uma ordem querida por Deus que traz consigo uma justiça mais perfeita entre as pessoas; c) o diálogo entre as culturas; o mundo plural exige encontro, interação e o intercâmbio entre as culturas.

Na quarta parte – *O diálogo ecumênico* –, levando em consideração que a atual sociedade é marcada por um intenso pluralismo de orientações religiosas, a Igreja Católica percebe que não é a única voz nem a única orientação espiritual dos cidadãos. Superando a pretensão de exclusividade religiosa no espaço eclesial, o contexto atual provoca o convívio, o diálogo e a cooperação entre os credos. A retomada criativa do Vaticano II no atual pontificado da Igreja Católica acontece como “re-recepção” sintonizada com os esforços por reformas da Igreja com grande alcance ecumênico. Internamente, isso exige compreender a doutrina da Igreja na perspectiva dialógica e processual. Externamente, isso mostra que os católicos podem acolher a contribuição dos outros para a compreensão de suas próprias verdades. Na re-recepção ecumênica do Vaticano II merecem atenção esses destaques: a) a eclesialidade das Igrejas; b) a hierarquia das verdades; c) a intensificação do reconhecimento das outras Igrejas.

Na quinta parte – *O diálogo inter-religioso* – o autor, levando em conta o pluralismo religioso atual configurado por religiões e espiritualidades para todos os gostos, salienta que as diversas expressões religiosas mostram que a “religião” não é um conceito unívoco e pode parecer excessivamente vago e que tudo abarca e com

nada se identifica. O autor observa que a diversidade de expressões religiosas apresenta, por um lado, possibilidades de encontro, enriquecimento e amplitude dos universos de significados da realidade. Por outro lado, mostra também o caráter fragmentário e ambíguo das religiosidades contemporâneas, que oscilam entre os polos da transcendência e da imanência, do humano e do divino, do secular e do religioso. Frente a isso, a abertura da Igreja ao diálogo se dá também em relação às diferentes religiões, tendo por base os princípios e critérios conciliares das Declarações *Nostra Aetate* e *Dignitatis Humanae*. Três elementos são afirmados nestes documentos: o princípio da liberdade religiosa, o reconhecimento da positividade das religiões e a convicção do valor do diálogo e da cooperação. Francisco, nos números 250 a 254 da *Evangelii Gaudium*, concebe o diálogo inter-religioso como “uma atitude de abertura na verdade e no amor”. Outros elementos presentes na concepção de diálogo inter-religioso no ensino de Francisco é o seu caráter de mediação; a prioridade da vida humana em suas diversas formas e situações, com a exigência de favorecer a realização humana; o vínculo entre diálogo e anúncio da própria fé, no sentido de que o diálogo não supõe o abandono das convicções próprias de cada identidade religiosa, ao contrário, é uma possibilidade de afirmar a própria identidade ao mesmo tempo em que reconhece a identidade do outro. Em relação à condição em que se encontram os não cristãos em relação à graça de Deus, Francisco entende que eles podem viver na justiça divina e associados ao mistério pascal pela graça que neles atua.

Neste capítulo o autor destaca, ainda, que o verdadeiro diálogo envolve a partilha da vida, sobretudo da motivação mais profunda do viver. Não haverá diálogo se forem colocados em dúvida os valores religiosos fundamentais do outro. Igualmente, é preciso distinguir nas religiões o que há de fato em comum para que seja possível perceber o nível de partilha admissível: a) o testemunho da própria crença; b) aprender com a religião do outro; c) ampliar os horizontes da fé.

Na sexta parte – *Por uma ecclesiologia do diálogo* – apresentam-se os elementos que articulam uma ecclesiologia do diálogo: a) identidade eclesial em permanente construção; b) comunhão plural; c) unidade na diversidade. O autor destaca que, com a reconfiguração identitária e na perspectiva ecclesiológica da comunhão plural que se constrói pela unidade na diversidade, a Igreja do diálogo ganha características que se expressarão concretamente como: a) a Igreja da alegria; b) a Igreja da misericórdia; c) a Igreja missionária; d) a Igreja dos pobres; e) a promotora e defensora da vida no planeta.

Um pequeno grande livro no tocante a uma Igreja em diálogo! Sabemos que a recepção do Concílio Vaticano II está por se fazer em grande parte. Um Concílio de tanto significado como foi o Vaticano II exige um longo tempo para sua recepção na vida da Igreja Católica. Muitas têm sido as discussões sobre a sua recepção: desde a sua efusiva aceitação até a recusa. Sabemos que a temática do diálogo constitui uma das palavras chaves do Concílio. É a Igreja Católica que dialoga: dentro de si própria, com outras Igrejas cristãs, com outras religiões, com o mundo. O papa Francisco retoma em seu pontificado essa atitude fundamental: o tema do diálogo é uma constante nos documentos e nos discursos, bem como em sua postura cotidiana. Entre os muitos “sinais dos tempos” que desafiam a Igreja Católica, o diálogo emerge como um caminho necessário e inevitável. Sem diálogo sua missão se torna estéril.

Uma leitura deste pequeno volume sucinto e didático vale a pena para aqueles que se dedicam à temática ecumênica, ao diálogo inter-religioso ou para iniciantes no tema. Excelente matéria para grupos de estudo e seminários para discussão sobre as diferentes instâncias por onde o diálogo se faz necessário. O leitor certamente aproveitará destas reflexões teológicas encontrando aí pistas pastorais valiosas.